



Questões – Direito Ambiental

JUIZ SUBSTITUTO FCC - 2014 – AP

QUESTÃO 1

Uma indústria emissora de gases poluentes possui projeto para se instalar em zona industrial cuja capacidade de suporte de poluição já está saturada. Nesse caso, em obediência ao princípio:

- A) do protetor-recebedor, o projeto deverá ser rejeitado pelo órgão ambiental.
- B) do usuário pagador, o projeto deverá ser aprovado pelo órgão ambiental.
- C) da participação comunitária, o projeto deverá ser rejeitado pelo órgão ambiental.
- D) da prevenção, o projeto deverá ser rejeitado pelo órgão ambiental.
- E) do poluidor pagador, o projeto deverá ser aprovado pelo órgão ambiental.

D

QUESTÃO 2

O Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório (EIA-RIMA):

- A) são desprovidos de conteúdo mínimo previamente fixado pelo ordenamento jurídico.
- B) é a única modalidade de avaliação de impacto ambiental admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- C) é exigido no licenciamento de obra ou atividade potencialmente causadora de significativo impacto ambiental.
- D) é exigido apenas no licenciamento de usinas geradoras de energia.
- E) é exigido no licenciamento de obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer impacto ambiental.

C

QUESTÃO 3

Provou-se em ação penal que a empresa Alfa Ltda. foi constituída com o fim de facilitar a prática de crime definido na Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998). De acordo com a citada Lei, o Juiz, na sentença, deverá:

- A) suspender as atividades da empresa pelo prazo máximo de 5 anos.
- B) decretar a liquidação forçada da empresa, sendo seu patrimônio considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.
- C) dar ciência ao Ministério Público para que apure eventuais irregularidades no campo do direito civil.
- D) notificar a Junta Comercial.
- E) proibir a empresa de operar sem licença ambiental.

B

QUESTÃO 4

Segundo a Constituição Federal, são meios de promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro:

- A) tombamento, registro e descoberta.
- B) apenas o tombamento e o registro.
- C) inventário, registro, vigilância, tombamento e desapropriação.
- D) tombamento, registro e *ad corpus*.
- E) apenas o tombamento e a desapropriação.

C

QUESTÃO 5

Na Fazenda Santa Rita está regularmente constituída uma Reserva Particular do Patrimônio Natural. O imóvel foi adquirido por um grupo empresarial que pretende desconstituir a citada reserva para explorar comercialmente sua área. Isto:

A)é permitido, desde que haja compensação ambiental no mesmo bioma.

B)é permitido, desde que haja compensação ambiental.

C)não é permitido, diante da impossibilidade de compensação ambiental.

D)somente será permitido até 2 anos da data de constituição da Reserva Particular do Patrimônio Natural e desde que haja compensação ambiental.

E)não é permitido, diante do caráter de perpetuidade da Reserva Particular do Patrimônio Natural.

E

JUIZ SUBSTITUTO FCC - 2011 – TJ- PE

QUESTÃO 1

Acatando pedido formulado por uma associação (Organização Não Governamental - ONG), em ação civil pública, o Juiz de Direito da comarca concede liminar impedindo a reforma da fachada do prédio de um clube, construído há cerca de cem anos, bem este que, apesar de não ter sido tombado pelo órgão estadual do patrimônio histórico e cultural, é considerado pela comunidade local como parte de seu patrimônio histórico. O presidente do clube dizendo-se amparado por decisão da diretoria, intimado da ordem judicial, determina a destruição da parte externa do imóvel, o que se realiza em poucas horas. Esta conduta, do ponto de vista penal, pode ser considerada:

- A) atípica, porque inexistente um tipo penal correspondente no Código Penal e na legislação ambiental.
- B) infração penal tipificada no art. 163 do Código Penal, que configura crime de dano.
- C) atípica, como crime ambiental previsto na Lei nº 9.605/98, na seção IV do Capítulo V, que trata dos “Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural”, porque o imóvel não se encontrava tombado pela autoridade administrativa competente.
- D) típica, como crime ambiental previsto na Lei nº 9.605/98, na seção IV do Capítulo V, que trata dos “Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural”.
- E) crime de resistência, previsto no art. 329 do Código Penal.

D

QUESTÃO 2

O art. 72 da Lei nº 9.605/98 elenca o rol de sanções administrativas cabíveis no caso de infração administrativa ao meio ambiente e prevê como a primeira delas (inc. I) a pena de advertência, sobre a qual é correto afirmar:

A) Trata-se de mera admoestação sem consequência alguma, exceto a de constar nos antecedentes do infrator, podendo, por isso mesmo, ser aplicada independentemente da instauração do devido processo legal.

B) Trata-se de sanção como outra qualquer e que não é pressuposto para a aplicação das demais.

C) Trata-se de sanção que deve preceder a aplicação das demais e que, por isso mesmo, é a primeira a ser prevista.

D) Trata-se de sanção que pode ser aplicada de plano, sem necessidade de contraditório, face ao princípio da verdade sabida.

E) Trata-se de sanção que, por suas próprias características, deve ser aplicada em conjunto com outras previstas nos vários incisos do referido artigo.

A